

SEGURANÇA PÚBLICA

PL Antifacção aprovado, sem incluir terrorismo

Por 370 votos favoráveis contra 110, Câmara dá aval ao projeto que endurece penas contra crime organizado. Texto vai ao Senado

» WAL LIMA
» VANILSON OLIVEIRA

Após o relator do Projeto de Lei Antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), apresentar a sexta versão do seu parecer, o plenário da Câmara aprovou o texto, pelo placar de 370 a 110 — e houve três abstenções. Apesar de o governo ter sido atendido em vários pontos, parlamentares da base tentaram adiar a apreciação do parecer, que agora segue para o Senado.

Entre outras medidas, o projeto endurece penas e cria tipificações penais, incluindo condutas de domínio territorial, sabotagem de serviços públicos, ataques a forças de segurança, sequestro de aeronaves e "novo cangaço" (veja quadro). Antes da aprovação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PN), vedou a apresentação de emenda para equiparar facção criminosa a organização terrorista. O defensor da medida, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), chegou a dizer, durante a apreciação do texto-base, que o tema era um clamor da sociedade.

"Nós do PL, pela expertise que temos nessa área, jamais iríamos contra um texto que traz avanços ao Brasil. O texto não é 100% como nós gostaríamos, mas vai dar uma resposta dura ao crime organizado. Mas não desistiremos de clamar pela proposta antiterrorismo", pontuou.

Ao longo da última semana, Derrite havia afirmado que não gostaria que a medida entrasse no projeto, para não politizar a matéria. Logo após a reunião de lideranças partidárias, o líder PP, Dr. Lui-zinho (SP), havia anunciado que a legenda seria contra um destaque nesse sentido.

Já o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), criticou a modificação do texto momentos antes da votação e disse que faltou diálogo. "O relator negou-se a conversar com o governo. Haveria uma reunião hoje (ontem) com o ministro (da Justiça) Ricardo Lewandowski, mas ele disse que não iria participar da conversa com o governo", destacou. "Faltou diálogo, faltou vontade de sentar à mesa de negociação. Tiveram que recuar em pontos importantes em relação à



Sessão na Câmara: relator apresentou seis versões do texto ao longo de duas semanas, a última pouco antes do debate em plenário

Pontos do projeto

» Cria um arcabouço nacional de enfrentamento ao crime organizado, com instrumentos de inteligência, bloqueio patrimonial, intervenção em empresas usadas por facções e fortalecimento da execução penal.

» Prevê perfeiçoamento das tipificações penais, incluindo condutas de domínio territorial, sabotagem de serviços públicos, ataques a forças de segurança, sequestro de aeronaves e "novo cangaço".

» Determina o agravamento de penas, com mínima de 20 anos e máxima de até 40 anos, podendo chegar a 66 anos para líderes de organizações criminosas, medidas

assecuratórias e bloqueio patrimonial, permitindo sequestro e indisponibilidade de bens físicos, digitais e financeiros, inclusive de terceiros envolvidos com o crime organizado.

» Determina a intervenção de pessoas jurídicas para impedir que empresas sejam usadas para lavagem de dinheiro e permitindo recuperação de atividades e bens lícitos e o fortalecimento da execução penal, com cumprimento em presídios federais de segurança máxima para líderes de facções, além de regras mais rígidas de progressão de regime e vedação de benefícios como auxílio-reclusão para dependentes de criminosos.

» Prevê medidas para agilizar processos

e reduzir custos, como a realização de audiências de custódia por videoconferência, perdimento cautelar de bens ainda na fase de inquérito e definição de julgamentos em Varas Criminais Colegiadas para homicídios ligados a organizações criminosas, evitando o Tribunal do Júri.

» Determina a criação do Banco Nacional de Membros de "Organizações Criminosas Ultraviolentas", interoperável com bancos estaduais, e ações civis de perdimento de bens imprescritíveis. A destinação dos bens apreendidos será para fundos de segurança pública estaduais ou, quando houver participação da Polícia Federal, para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Policia Federal, mas continuam tirando o dinheiro da Polícia Federal. E continuam atrapalhando a investigação pela Receita Federal", acrescentou.

O dia na Câmara teve reuniões de líderes partidários, com a presença dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União). O

gestor do estado fluminense elogiou o trabalho de Derrite, destacando a coragem do deputado de fazer modificações no projeto.

"Eu queria elogiar a coragem do Derrite, como ele enfrentou essa matéria de peito aberto, como aceitou ideias, como aceitou mudanças. Isso é digno dos grandes brasileiros", frisou Castro. Ele

ressaltou que o parlamentar demonstrou abertura ao diálogo e disposição para incorporar contribuições de diferentes estados e secretarias.

Sem heróis e vilões

Em discurso, Motta afirmou que a aprovação representa um

passo histórico no enfrentamento às facções criminosas e destacou que, no debate sobre o tema, não há "heróis" ou "vilões" partidários, mas, sim, um país inteiro pressionado pela violência. Ele ressaltou que o verdadeiro inimigo é o crime organizado e que a população brasileira é quem enfrenta diariamente

essa realidade. Ao exaltar o resultado alcançado no plenário, o deputado defendeu que a função do Parlamento é construir soluções conjuntas, acima da polarização, valorizando a união de ideias e a responsabilidade institucional.

Ele ressaltou que o verdadeiro inimigo é o crime organizado e que a população brasileira é quem enfrenta diariamente essa realidade. Ao exaltar o resultado alcançado no plenário, o deputado defendeu que a função do Parlamento é construir soluções conjuntas, acima da polarização, valorizando a união de ideias e a responsabilidade institucional. "Hoje, nesta data, a Câmara faz história, e damos uma resposta dura contra os criminosos. Não é uma vitória de A ou de B, é uma vitória do Brasil", frisou.

Antes da votação, ele elogiou o trabalho de Derrite e destacou que o relator dialogou com todos os partidos, com autoridades e com representantes do governo federal, buscando — conforme sustentou — construir a proposta mais viável politicamente.

Motta também garantiu que a aprovação do projeto é a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento ao crime organizado. "Nós estamos aumentando as penas para os crimes, nós estamos criando novas tipificações de crime, nós estamos dizendo que chefes de facções criminosas, agora, irão direto para os presídios federais", ressaltou.

Aposta no Senado para recuperar texto original

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» IAGO MAC CORD

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse contar com o Senado para recuperar a versão inicial do texto enviado pelo governo à Câmara. "Eu espero que, no Senado, a gente possa fazer uma discussão de maneira mais aprofundada e mais séria do que essa que foi feita na Câmara, de maneira atabalhoadas", frisou. Ela criticou o fato de o relator da matéria na Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), ter apresentado seis relatórios do projeto antes de colocá-lo em votação.

Segundo Gleisi, o parecer apresentado ontem tem potencial de beneficiar criminosos ligados a facções. "Faz (o projeto) uma série de alterações na legislação, sem dizer qual das legislações que altera, qual dos projetos, das leis que altera. Isso vai dar conflito legislativo", sustentou.

Ela também disse ter sido

ignorada, ontem, pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e por Derrite. "Nós (ela e Motta) tínhamos, primeiro, marcado para as 9h da manhã de hoje (ontem). Depois, ele (Motta) desmarcou, porque disse que Derrite não queria conversar conosco", contou.

No Senado — conforme Gleisi —, o governo espera ter maioria para revogar pontos incluídos no relatório de Derrite. "Queremos que fique clara a posição do governo. O governo está contando com o Senado para revogar alguns pontos que a Câmara venha a aprovar", acrescentou, antes da votação do parecer pelos deputados.

A aposta de Gleisi no Senado se deve ao fato de o Executivo contar com uma base sólida na Casa, ao contrário do que ocorre na Câmara. No entanto, a indicação do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a ser feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser um obstáculo. Enquanto



Gleisi: "Espero que, no Senado, possamos fazer discussão aprofundada"

o advogado-geral da União, Jorge Messias, aparece como mais cotado para assumir o cargo, lideranças no Senado pedem o nome de Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Questionada se essa divergência no Senado prejudicaria uma interlocução do governo para reverter alterações no PL Antifacção, Gleisi refutou. "São fatores

completamente diferentes. As duas matérias não vão, com certeza, se contaminar. É importante dizer que o Senado está com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado. Acho que a gente tem que ter uma discussão mais responsável, do ponto de vista de oferecer à população respostas no combate ao crime organizado", destacou.

Experiência

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) foi escolhido pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), como relator do Projeto Antifacção na Casa.

Alcolumbre disse que a escolha de Vieira para a relatoria se dá pela sua experiência e trajetória. Segundo o presidente do Senado, seu escolhido possui "longa carreira jurídica" e atuou na Polícia Judiciária do Estado de Sergipe. "Tem uma experiência grande como profissão, mas também agora, como legislador e senador da República, tem na sua agenda pessoal o combate e a proteção dos brasileiros, enfrentando o crime organizado desde a sua origem em Sergipe. Tem uma larga experiência", enfatizou.

Nos bastidores, o relator do projeto na Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), se antecipou e alinhou com Vieira para que o projeto possa tramitar de forma mais rápida e eficiente no Senado.

Vieira é relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado. A escolha dele foi vista como uma forma de evitar "contaminações ideológicas".

Outros parlamentares haviam